RESOLVE:

Com arrimo no artigo 54, inciso I da Lei n. 057/06, instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL Investigatório, para a apuração do “descumprimento pela Federação Brasileira dos bancos - Febraban e do Sindicato dos Bancários”, do artigo 10 inciso XI e artigo 11 da Lei n. 7.783/89, do direito ao acesso ao serviço essencial em seu mínimo legal, determinando que;

I – Seja autuada a presente portaria, juntamente com o ato de nomeação do servidor **MURILLO PAIVA DA CONCEIÇÃO**, para atuar como secretário, bem como, o devido termo de compromisso, numerando-se e rubricando-se todas as folhas;

II – Seja a presente portaria registrada em livro próprio;

III - Seja feita a juntada dos documentos encaminhados a esta Promotoria de Justiça do Consumidor, para instruir o presente INQUÉRITO CIVIL Investigatório;

IV – Registre-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do artigo 54 inciso VI da Lei n. 057/06;

V- Remeta-se cópia desta portaria a Procuradoria Geral de Justiça e a Corregedoria Geral do Ministério Público, para conhecimento, inclusive a publicação no Diário Oficial do Estado;

VI – Cumpridas as determinações, retornem os autos para deliberações;

VII – Notifique-se a Federação Brasileira dos Bancos;

VIII – Notifique-se o Sindicato dos Bancários; Publique-se, Cumpra-se.

Belém, 03 de outubro de 2011.

JOANA CHAGAS COUTINHO

3ª PJ de Defesa do Consumidor

**EXTRATO DA PORTARIA
Nº 015/2011-MP/8ªPJ/DCF/DPP/MA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 301080
DPP/MA**

A 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DA CAPITAL torna pública a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATÓRIO, que se encontra à disposição na Rua Joaquim Távora, nº 509, bairro da Cidade Velha, Belém-PA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATÓRIO Nº 253/2011-MP/8ª PJ/DCF/DPP/MA

Objeto: Apurar reclamações feitas acerca da instalação de tubulação nas Passagens União, Náutica, Santa Cruz, Santa Rita e Passagem Brotinho e suas adjacências, pois tal sistema de tubulação não seria adequado as devidas vias.

Belém-PA, 28 de setembro de 2011.

ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO

8ª Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

**EXTRATO DA PORTARIA
Nº 011/2011-MP/8ªPJ/DCF/DPP/MA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 301094**

A 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DA CAPITAL torna pública a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATÓRIO, que se encontra à disposição na Rua Joaquim Távora, nº 509, bairro da Cidade Velha, Belém-PA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATÓRIO Nº 133/2011-MP/8ª PJ/DCF/DPP/MA

Objeto: Apurar suposta prática de irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico 078/2010, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de limpeza, conservação e higienização das dependências do Hospital Ofir Loyola.

Belém-PA, 23 de setembro de 2011.

ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO

8ª Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

**EXTRATO DA PORTARIA
Nº 014/2011-MP/8ªPJ/DCF/DPP/MA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 301060
DPP/MA**

A 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DA CAPITAL torna pública a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATÓRIO, que se encontra à disposição na Rua Joaquim Távora, nº 509, bairro da Cidade Velha, Belém-PA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATÓRIO Nº 064/2011-MP/8ª PJ/DCF/DPP/MA

Objeto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa, praticado no âmbito da IOEPA, em tese, pelo seu ex-Diretor, JOSÉ FRANCISCO DE JESUS PANTOJA.

Belém-PA, 28 de setembro de 2011.

ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO

8ª Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

**RECOMENDAÇÃO - REF. ICP Nº 015/2011-MP/PJ/DC
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 301052**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REFERÊNCIA: Inquérito Civil nº 015/2011-MP/PJ/DC

INTERESSADO: Ministério Público do Estado do Pará

RECOMENDAÇÃO

O 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR vem, por meio de seu representante legal em exercício, infra-assinado, com arrimo nos arts. 127 e 129, inciso III da CF de 1988, Lei Complementar Estadual nº 01/82, Lei Federal nº 7.347/85 e alterações posteriores, as disposições administrativas aplicáveis, e, em especial, o que dispõe o art. 27, I, II, III, IV da Lei Orgânica Federal nº 8.625/93, e:

CONSIDERANDO, que a Constituição Federal atribui ao Ministério Público a incumbência de defesa de interesses sociais e individuais indisponíveis, adotando as medidas necessárias ao exercício de suas garantias, além de atribuir a função de zelar pelo respeito aos poderes públicos e definir a defesa de interesses difusos e coletivos como função institucional do Ministério Público (CF, art. 127 e 129);

CONSIDERANDO, que o Código de defesa do consumidor (CDC) – Lei nº 8.078/90 estabeleceu em seus arts. 81, parágrafo único e 82, inciso I, a legitimidade do Ministério Público para promover ações coletivas para a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO, que a defesa do consumidor é Princípio constitucional de ordem econômica (art. 170, V da CF) q que a lei consumerista estabelece a transparência e a harmonia nas relações de consumo (art. 4ª CDC);

CONSIDERANDO, que o CDC ao tornar expresso, em seu art. 4º, III, aplicação do Princípio da boa fé objetiva nas relações de consumo, exige das partes uma conduta proba, pautada nos deveres de lealdade, equilíbrio, confiança e solidariedade;

CONSIDERANDO, que a política nacional das relações de consumo reconhece a vulnerabilidade do consumidor, protegendo-o de práticas abusivas;

CONSIDERANDO, que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça de que a empresa “GOL LINHAS AÉREAS S/A” nega-se a atender o requerimento da Sra. Rosângela Chagas de Nazaré de resgatar seu bilhete de passagem, o qual já foi pago, porém, não houve a contraprestação por parte da empresa, já que por motivos pessoais a consumidora não pôde viajar no dia e hora estabelecidos pela referida empresa aérea. Na tentativa de reaver seu crédito para com a empresa, a cliente foi impossibilitada, sendo informada de que não havia usado a passagem, e que seu direito estava prescrito, em decorrência do prazo ter sido superior a 1 (um) ano;

CONSIDERANDO, que em caso de cancelamento de passagem aérea, se o serviço não for prestado pela companhia aérea, caracteriza-se como enriquecimento sem causa, Princípio este definido por Maria Helena Diniz como:

“Princípio, fundado na equidade, pelo qual ninguém pode enriquecer à custa de outra pessoa, sem causa que o justifique. Assim, todo aquele que receber o que não lhe era devido terá o dever de restituir o auferido, feita a atualização dos valores

monetários, conforme os índices oficiais, para se obter o reequilíbrio patrimonial” (DINIZ, 2010, p. 602)

CONSIDERANDO, que o referido fato constitui a priori prática abusiva ao Direito do Consumidor, nos termos do art. 51, II da lei 8.078/90, e enriquecimento sem causa de acordo com o art. 884 do Código Civil, tendo sido tombado Inquérito Civil nº 015/2011-MP/PJ/DC, de 30 de junho de 2011, com o intuito de apurar os fatos, buscando a solução pacífica do problema, pelo que:

RECOMENDA-SE QUE:

1. Que a empresa aérea “GOL LINHAS AÉREAS S/A” atenda o requerimento da Sra. Rosângela Chagas de Nazaré de reaver seu crédito junto à empresa, ou que a mesma restitua a consumidora com o valor que já foi pago para que houvesse a prestação de serviços, o qual não ocorreu;

2. Que em caso de cancelamento de passagem, a restituição de valor e o crédito em favor do consumidor possa ser utilizado no prazo de 03 (três) anos, aplicando o prazo de prescrição previsto no art. 206, § 3º, IV do Código Civil.

Após ciência desta recomendação, que a “GOL LINAS AÉREAS S/A” informe a esta Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor o cumprimento ou não desta recomendação, no prazo de 30 dias.

Publique e Cumpra-se.

Belém, PA 26.09.2011

MARCO AURÉLIO LIMA DO NASCIMENTO

2º Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, em exercício

EXTRATO DA PORTARIA

**Nº 013/2011-MP/8ªPJ/DCF/DPP/MA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 301039**

A 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DA CAPITAL torna pública a **conversão** do Procedimento Administrativo Preparatório nº 379/2010-MP/PJ/DC/PP em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, que se encontra à disposição na Rua Joaquim Távora, nº 509, bairro da Cidade Velha, Belém-PA.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 379/2010-MP/8ª PJ/DCF/DPP/MA

Objeto: Apurar suposta prática de irregularidades na prestação de contas da Companhia de Turismo de Belém – BELEMTUR, relativa ao exercício financeiro de 2002.

Belém-PA, 27 de setembro de 2011.

ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO

8ª Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

**EXTRATO DA PORTARIA
Nº 002/2011-MP/7ª PJ/DCF/DPP/MA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 301130**

A 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DA CAPITAL torna pública a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATÓRIO, que se encontra à disposição na Rua Joaquim Távora, nº 509, bairro da Cidade Velha, Belém-PA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATÓRIO Nº 274/2011-MP/PJ/DCF/DPP/MA

Objeto: Apurar notícias dando conta de que em virtude da paralisação de uma obra do Governo para construção de casas, na Avenida Tucunduba, no bairro da Terra Firme, a mesma está sendo sujeita a furto dos materiais de construção e vendidos a comerciantes do ramo de construção às proximidades bem como para alguns moradores.

Belém-PA, 16 de setembro de 2011.

ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO

7ª Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital, em exercício

**EXTRATO DA PORTARIA
Nº 004/2011-MP/7ª PJ/DCF/DPP/MA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 301122
DPP/MA**

A 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DA